

A universidade do futuro

CRISTOVAM BUARQUE

A história deste país registrará para sempre o trabalho de 559 homens e mulheres que, ao longo de 1987 e 1988, vencendo todos os obstáculos, conseguiram elaborar a nova Constituição brasileira. É preciso, no entanto, que a ação dos parlamentares não destrua, na realidade, o que construíram no quadro institucional.

A elaboração do primeiro orçamento da nova Carta deve prosseguir na obra de constitucionalização do País. Seria lamentável se o orçamento a ser votado nos próximos dias entrasse em contradição com o texto votado pelos próprios parlamentares. Se há na Constituição clara opção por sociedade democrática, soberana e a caminho da eficiência e justiça social, o orçamento deve refletir, na prática, esta intenção. De nada adiantará uma Constituição recheada de boas intenções e voltada para o futuro, se o orçamento for comprometido com a estrutura de um país atrasado.

Não teremos futuro se não investimos, desde já, na superação dos graves problemas da sociedade brasileira. Não há futuro se uma parte dos homens e mulheres de amanhã morre hoje antes de completar um ano de vida; se os que sobreviverem não terão saúde, nem educação.

Não há futuro se não incorporamos à vida social, econômica e cultural, os 100 milhões de brasileiros marginalizados. É a eles, portanto, que em primeiro lugar o novo orçamento deve atender.

Mas, o Brasil não tem o direito de atender apenas os seus milhões de miseráveis e pobres. Por seu tamanho e potencial, tem a obrigação de abolir a pobreza e avançar em direção à sociedade eficiente. Isto não se fará sem grandes investimentos de infra-estrutura, sobretudo nas áreas das ciências, tecnologia e ensino superior. Por esta infra-estrutura passam, necessariamente, as universidades. Sem universidade forte nenhum país tem futuro.

O orçamento da União estará dissociado da nova Constituição se o governo não oferecer condições necessárias para que o Brasil avance na consolidação de suas universidades. A destruição ou o simples estancamento da universidade, sucateando o que já existe, contradiz o espírito da Constituição. É um crime contra o futuro do país. Neste momento de transição, do autoritarismo à democracia, da exclusão à incorporação social, só a universidade forte, livre, autônoma, sem amarras com o presente, e portanto gratuita e pública, poderá cumprir o papel que a consolida-

ção da democracia exige. A universidade paga, onde cada aluno e seus pais vêem o ensino superior com investimento especulativo, será incapaz de atender às necessidades futuras, que só agora começam a se firmar.

Só a universidade autônoma estará em sintonia com o processo de democratização da democracia. Autônoma no direito de definir seus programas e de ter liberdade de pensamento. Mas esta autonomia não pode ser confundida com arrogância, com o isolamento da universidade em sua velha e autoritária torre de marfim. O Brasil precisa de uma universidade autônoma, não autista.

Lamentavelmente, não se pode dizer que hoje a universidade brasileira esteja, toda ela, ligada ao processo democrático, ao futuro do país e ao atendimento das necessidades das grandes massas. Parte dela se mantém prisioneira do passado recente, comprometida com os interesses da pequena elite e, às vezes, voltada para os interesses pessoais de seus professores e alunos. O mesmo Congresso que aprovou uma Constituição democrática deve votar um orçamento também democrático, que permita o bom funcionamento e ao mesmo tempo exija qualidade e compromisso da universidade.

Esperamos dos homens e

mulheres que assinaram a nova Constituição brasileira, coerência na luta que travam há dois anos. Eles devem garantir o futuro, dando à universidade os recursos de que ela necessita. Só assim, os congressistas se manterão em concordância com o povo que representam e para o qual fizeram uma Constituição moderna, em busca de eficiência e justiça. Queremos cumprir nossa obrigação para com o país e esperamos que os parlamentares nos dêem condições para isto, garantindo a existência de universidade pública eficiente e com recursos.

Graças a eles, o país tem um documento ligado às aspirações da população brasileira. É hora de engajar cada cidadão, cada instituição pública, cada agente social na tarefa para a qual a Constituição foi escrita: a Construção do Futuro. Por sorte, os mesmos 559 homens e mulheres responsáveis pelo texto constitucional, que definiram o quadro das intenções jurídicas, definirão as bases de construção do real, através do orçamento. É uma sorte e um risco para a história de cada um. Esperamos que consigam unir Constituição e realidade e, no processo, todo o país num só destino.

Cristovam Buarque é economista e reitor da Universidade de Brasília